



Ajuste espacial e temporal na Amazônia: reflexões sobre fronteira do capital e des-re-configurações territoriais

Spatial and temporal adjustment in the Amazon: reflections on capital frontier and territorial mis-re-configurations

Fernando Michelotti – Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: fmichelotti@unifesspa.edu.br.

Humberto Miranda do Nascimento – Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do (Unicamp). E-mail: humbmn@unicamp.br.

Evaldo Gomes Júnior – Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: evaldo.gomes@unifesspa.edu.br.

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir criticamente sobre a tensão entre as configurações territoriais predominantes e alternativas no espaço regional da Amazônia brasileira. Partindo da abordagem de Harvey (2005) sobre a relação entre ajuste temporal e espacial, discute-se a produção capitalista do espaço periférico por meio de um fenômeno específico: a expansão da fronteira do capital na Amazônia. Assim, tomando como base as antigas áreas pertencentes aos municípios de Marabá, Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu, primeiro, busca-se revelar a permanência do contínuo movimento da fronteira na mesorregião do Sudeste do Pará, e, em segundo, relacioná-lo ao enfrentamento à produção capitalista do espaço mediante a territorialização de sujeitos não hegemônicos.

Palavras-chave

Ajuste espacial e temporal. Fronteira do capital. Configurações territoriais. Amazônia.

Abstract

The aim of this article is to critically reflect on the tension between the prevailing and alternative territorial configurations in the regional space of the Brazilian Amazon. Starting from Harvey's (2005) approach on the relationship between temporal and spatial adjustment, we discuss the capitalist production of peripheral space through a specific phenomenon: the expansion of the capital frontier in the Amazon. Thus, taking as a base the former areas belonging to the municipalities of Marabá, Conceição do Araguaia and São Felix do Xingu, first, we seek to reveal the permanence of the continuous movement of the frontier in the mesoregion of Southeastern Pará, and, second, to relate this movement of the frontier to the confrontation with the capitalist production of space through the territorialization of non-hegemonic subjects.

Keywords

Spatial and temporal fix. Capital frontier. Territorial. Configurations. Amazon.

INTRODUÇÃO

A abordagem adotada neste artigo recorre às reflexões de Harvey (2005) sobre a relação entre ajuste temporal e espacial para analisar a produção capitalista do espaço periférico. Considera-se que é por meio de um fenômeno específico, a expansão da fronteira do capital na Amazônia, que esta produção resulta em determinadas configurações espaciais divergentes. Argumenta-se que essa expansão funciona como um fator de des-re-configuração territorial, subtraindo recursos humanos e naturais, solapando as tentativas de dar “coerência estruturada” à região e visando moldar a ação do Estado em função das relações espaciais capitalistas, o que gera uma tensão básica com as configurações alternativas produzidas por outros sujeitos sociais.

A partir desta tensão entre configuração/des-re-configuração, aborda-se, de forma complementar, a acepção original de Santos (2007) de “acumulação desigual de tempos” para analisar o fenômeno da fronteira do capital na Amazônia, além de autores como Velho (2009), Corrêa (2011), Becker (2015a; b) e Moreira (2007). Desse modo, são exibidas duas faces de um mesmo processo de des-re-configuração: uma estruturada para o capital e outra alternativa encampada pelos povos e populações do campo. As reflexões de Harvey (2005) e Santos (2004; 2007) convergem para matizar os processos espaciais de reprodução capitalista predominantes e os de territorialização de sujeitos não hegemônicos em uma realidade específica como a da Amazônia paraense.

Nesse sentido, o objetivo do artigo é refletir criticamente sobre a tensão entre as configurações territoriais predominantes e alternativas no espaço regional da Amazônia brasileira, partindo de uma reflexão teórica e, em seguida, tomando como base as antigas áreas pertencentes aos municípios de Marabá, Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu. Busca-se, primeiro, revelar a permanência do contínuo movimento da fronteira na mesorregião do Sudeste do Pará e, na sequência, relacionar esse movimento da fronteira ao enfrentamento à produção capitalista do espaço por meio da territorialização de sujeitos não hegemônicos e seu significado enquanto força contra-arrestante da coerência estruturada pelo capital.

O AJUSTE TEMPORAL E ESPACIAL COMO COERÊNCIA ESTRUTURADA

Para Harvey (2005, p. 131), quando “o capital excedente e a força de trabalho excedente existem lado a lado, sem aparentemente nenhum modo de uniões na realização de tarefas socialmente úteis”, há um estado de superacumulação

gerador de crises. Em resposta, os deslocamentos temporais e espaciais são acionados como forma de absorver esses excedentes, porém, sem se colocarem como soluções permanentes (HARVEY, 2005).

A questão para Harvey (2005), considerando esses ajustes temporais e espaciais, é que, sem uma teoria que trate do espaço como domínio do concreto e do específico, dificilmente se pode ir além das determinações universais e abstratas do capitalismo. Não se trata de equívoco ou predileção, segundo ele. Ainda de acordo com esse autor, “o capitalismo, conclui Marx, em um notável insight, é caracterizado necessariamente por um esforço permanente da superação de todas as barreiras espaciais e da anulação do espaço pelo tempo” (HARVEY, 2005, p. 145). Ora, isso significa buscar uma compreensão teórica consistente das “transformações histórico-geográficas” e, especificamente, enfrentar a contradição entre a produção capitalista do espaço (organização espacial necessária) e a capacidade de superação do espaço (necessidade do capital em acumular tempos).

Obviamente, nas tensões entre fixidez e mobilidade é preciso encontrar o que Harvey (2005, p. 146) vai denominar de “relações espaciais sujeitas à transformação contínua”, isto é, como liberar a produção dos limites espaciais (mão de obra, matérias-primas, determinados insumos, fontes de energia) sem desconsiderar que o capital e o trabalho devem se unir em algum ponto do espaço para que a produção de fato ocorra? A “produção de configurações espaciais fixas e imóveis” seria a maneira mediante a qual essas relações espaciais em contínua transformação prosperariam, convenientemente em um momento e inconvenientemente em outro.

Seriam convenientes na medida em que permitem definir os espaços regionais como uma “coerência estruturada”, abrangendo desde padrões de organização industrial, estilos de vida, qualidade da mão de obra, aspectos culturais, tradições, lutas de classes e infraestruturas físicas e sociais. Tais elementos ajudam a reforçar a integração espacial onde a produção e o consumo ocorrem e acabam dando, conseqüentemente, certo sentido de unidade consciente ao território (nacional, regional ou local). Em contrapartida, seriam inconvenientes porque, em algum momento, provocariam o solapamento da “coerência estruturada” devido a toda sorte de pressões que passam a se manifestar sobre as regiões, tendo em vista que: estabelecem uma exportação de capitais para o exterior, ao mesmo tempo em que ocorre uma atração para o interior de mais demandas; tornam os limites da região porosos e instáveis em razão das transformações promovidas; a luta de classes acaba provocando barganhas por novos espaços de produção e consumo; e o próprio capital, por via de suas diversas formas de organização espacial, acumula espaços para melhor exercer seu controle sobre eles.

Refletindo sobre essa questão, Harvey nos adverte que:

Tais forças tendem a abalar toda a coerência estruturada de um território. Talvez enfatizem a divisão internacional do trabalho em vez da divisão localmente integrada, tornem a interdependência inter-regional mais importante do que a coerência regionalmente definida. Talvez produzam limites territoriais inadequados para o Estado, e forcem sua modificação. Talvez até abalem o poder do local ou do Estado-Nação por meio da produção de uma crise fiscal, só possível de ser remediada por meio da investida, com o apoio do Estado, contra os padrões de vida dos trabalhadores, as hierarquias tradicionais dentro da força de trabalho, o poder dos capitalistas locais vis-à-vis as multinacionais. Talvez também a consciência e a cultura regional sejam solapadas, transformadas em pálidas sombras do seu caráter anterior (HARVEY, 2005, p. 147).

É difícil conceber aquilo que foi definido como uma “coerência estruturada” se transformar em “pálidas sombras”. Algo que o próprio Harvey (2005, p. 150) denominará de “instabilidade crônica em relação às configurações regionais e espaciais”, criando tensões entre as estruturas espaciais imobilizadas e a necessidade de mantê-las, mesmo contando com a ação interventora do Estado. Esta opção logo tenderia a gerar, segundo o autor, consequências involuntárias. Portanto, se “a capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço” (Ibid., p. 149), como lidar com a mobilidade geográfica do capital e do trabalho sem que a “coerência estruturada” seja solapada?

Pode-se resumir esse movimento de ajuste espacial como algo importante para a compreensão da produção capitalista do espaço e da estruturação de novas regiões vinculadas à acumulação do capital. Porém, três elementos não podem ser desconsiderados nesse processo:

1) A acumulação primitiva permanece e não está alheia à reprodução ampliada do capital, mostrando-se bastante presente no deslocamento do capital para novos territórios;

2) O Estado nacional, a pretexto da integração regional, permanece incentivando os processos de ocupação, independentemente se os capitais lá investidos são excedentes ou previstos como investimentos planejados para setores econômicos ligados ao comércio mundial ou a um projeto nacional de desenvolvimento capitalista;

3) O deslocamento espacial, além de não eliminar em definitivo as crises de superacumulação, mantém as tensões entre o desenvolvimento capitalista nas novas regiões e a tendência de deslocamento do capital, tornando permanente a tensão entre fixidez e mobilidade nessas regiões.

Vistas aqui de forma sucinta, as questões apontadas por Harvey (2005) – especialmente as tendências de aprofundamento das crises quando as novas

regiões formadas pelo ajuste espacial passam a ter um pleno desenvolvimento capitalista e a gerarem seus próprios excedentes – tornam necessário entender a articulação de sua análise com a dos mecanismos de dependência econômica entre países, que também funcionam como via de perpetuação de diferenciais de taxas de lucros e de formas abrangentes de transferência de valor entre eles¹.

A vinculação do Brasil a esse processo mais geral de ajuste espacial é funcional à imposição de um caráter periférico e dependente que marca o modo extensivo e predatório do desenvolvimento capitalista brasileiro. Trata-se de um desenvolvimento caracterizado pela apropriação contínua de porções territoriais por intermédio das frentes de expansão, fundamentando um processo de extensividade da acumulação via concentração da renda e da terra e um privilégio desenfreado às órbitas da circulação mercantil e financeira. Dessa forma, garantiu-se o controle da propriedade fundiária e a hegemonia de cúpulas mercantis nos territórios com forte apego patrimonialista à terra-propriedade (BRANDÃO, 2010).

Por mais que Harvey (2005) ajude a refletir sobre esses processos, o interesse maior que se apresenta, todavia, é o estudo específico e concreto do caso brasileiro, a fim de que esta releitura torne evidente o processo de produção capitalista do espaço periférico. Se a busca pelo ajuste espacial, tal como um espelho estilhaçado, para Harvey (2005, p. 156-157), “converte a ameaça da desvalorização numa luta entre alianças regionais instáveis, sobre as quais recaem o ímpeto da crise”, até que ponto essa imagem partida, própria das des-re-configurações provocadas pelas relações espaciais capitalistas, pode ser contra-arrestada por alianças regionais hegemônicas? E que possibilidades essas instabilidades abrem para configurações alternativas, contra ou não hegemônicas?

A FRONTEIRA COMO UM MOVIMENTO DESIGUAL DE TEMPOS

Na obra *Pensando o espaço do homem*, Milton Santos (2007) poderia perguntar neste momento: se é o espaço que permanece (domínio do concreto e do específico), quanto do tempo está nele consumido e produzido por uma determinada sociedade? Uma de suas frases mais conhecidas diz ser o espaço uma “acumulação desigual de tempos”. Isto posto, aquela imagem do espaço que em um momento surge coerentemente estruturada e, em outro, estilhaça-se, na verdade, seria “um espelho de duas faces”. O próprio Santos esclarece que:

¹ Em Breda (2020), há substancial levantamento bibliográfico sobre diferenciais intrasetoriais, intersetoriais e inter-regionais de taxas de lucro e suas consequências em torno das formas de transferência de valor.

o momento passado está morto como tempo, não, porém, como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social (SANTOS, 2007, p. 14).

O problema maior, para o autor, surge com a “fetichização do espaço”, em que nem o homem se reconhece mais nele. A cidade estranha a região e, nesse movimento, a região aliena-se, pois “não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam” (Ibid., p. 29). Assim, se o espaço reúne e separa, cria distâncias de classe e, então, aparece fragmentado (sem coerência, estilhaçado) é porque ele também é espaço de luta de classes. A luta social, por sua vez, requer acúmulo de tempo para criar sentido espacial. Isso faz diferença quando chamamos a reforma agrária como reforma capitalista ou como reforma social do espaço, ou seja, como uma produção espacial alternativa às relações espaciais capitalistas estruturadas ou não.

A dinâmica da desigualdade espacial contém sujeitos com temporalidades diferentes de ação. O tempo, como luta social acumulada, importa para tais sujeitos.

A noção de tempo é fundamental. A sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado. A noção de escala é igualmente importante, pois, se o espaço é total, a paisagem não o é. Não se pode falar de paisagem total, pois o processo social de produção é espacialmente seletivo. O espaço construído que daí resulta é variegado. Formas de idades diferentes com finalidades e funções múltiplas são organizadas e dispostas de múltiplas maneiras. Cada movimento da sociedade lhes atribui um novo papel (Ibid., p. 60).

Nessa perspectiva, podemos pensar a fronteira como “espaço construído e variegado”? No contexto brasileiro, o tempo não para no espaço, pois este é feito de tempos lentos (ritmo da região) e acelerados (ritmo do capital) e o movimento da fronteira acaba marcando uma des-re-configuração do espaço.

Becker (2015a, p. 354) vai, nesse aspecto, referir-se à fronteira como “espaço de manobra das forças sociais” e coloca uma questão: como, no caso da fronteira amazônica, ela pode ser interpretada a partir da inserção do Brasil no capitalismo global decorrente da nova escala da relação capital-trabalho?

A sua resposta preliminar é a que buscamos, qual seja:

movimentos reivindicatórios de usuários do espaço se fazem também pelo espaço inteiro, pela vida quotidiana e não só por condições de trabalho. O conhecimento do espaço social é, assim, o lado teórico e os movimentos dos usuários o lado prático de um só processo de produção do espaço (BECKER, 2015a, p. 380-381)

Com efeito, temos na produção capitalista do espaço periférico, mediante o fenômeno da fronteira, a maneira específica como ocorre o processo de subtração de recursos humanos e naturais e de sabotagem das identidades territoriais, desprendendo-as das suas condições de produção/reprodução passadas e presentes. Assim, toda ação sobre os recursos naturais é definida pelas relações sociais de produção, tornando-a “mercadorizada”, gerando um *gap* no metabolismo sociedade-natureza, cidade-campo e rural-urbano, no sentido de Foster (2005)², inclusive, nas identidades e na diversidade ecológica, cultural e social existentes e construídas historicamente pelos povos. Impõe-se, portanto, a fronteira do capital como um elemento de coerção política e de concreção material da expansão territorial brasileira.

Esses elementos são chaves para a análise da expansão produtiva na chamada fronteira agromineral brasileira. Embora esse processo tenha raízes históricas em momentos anteriores, ele deve necessariamente ser capaz de trazer à reflexão as especificidades deste movimento de integração do bioma amazônico à dinâmica econômica nacional, por vias distintas de períodos anteriores e em meio aos processos de reestruturação produtiva assistidos na economia brasileira há, pelo menos, quarenta anos (CANO, 2011; MONTEIRO NETO; SILVA, 2018).

Seguindo essa mesma linha argumentativa, no caso da Amazônia em particular, Corrêa (2011) fornece o significado apropriado ao fenômeno quando expressa o sentido conflituoso e violento da sua dinâmica material e simbólica dentro do processo de integração (multiescalar), reproduzindo as relações de dependência internamente (escala nacional e subnacional) e externamente (internacional). Afirma o autor:

A Amazônia é definida como a fronteira do capital. Trata-se, em realidade, de uma nova integração regional ao sistema capitalista, que se verifica pós-1970. Trata-se agora, diferentemente do que ocorreu no passado, quando do “boom” da borracha, de uma integração real, submetida ao capital financeiro e industrial, nacional e internacional, e não ao capital mercantil simplesmente (CORREA, 2011, p. 207).

A integração real, segundo Corrêa (2011, *passim*), ocorre pela “apropriação dos recursos naturais” (sendo a terra uma reserva de valor), pela “dizimação física e cultural da base social prévia” (a dilapidação da floresta sendo expressão material da dizimação social), pelas “correntes migratórias para a região” (sendo decorrentes dos processos de modernização e exclusão social em outras regiões),

² Foster (2005, p. 223): “O conceito de metabolismo, com as suas noções subordinadas de trocas materiais e ação regulatória, permitiu que ele [Marx] expressasse a relação humana com a natureza como uma relação que abrangia tanto as ‘condições impostas pela natureza’ quanto a capacidade dos seres humanos de afetar este processo”.

pelos investimentos pontuais de capital (infraestrutura física), pela “integração ao Centro-Sul” (implicando a desestruturação econômica da região), pelos “diferentes tipos de conflitos sociais” (antagonismo entre a reprodução do capital e a reprodução social das populações amazônicas) e pelo fato, conforme o autor, “de que há ainda muito espaço a ser ocupado, muitos recursos a serem dilapidados, e muito conflito social a ser desenvolvido”.

Em vista disso, o estágio atual de expansão do processo de acumulação de capital no bioma amazônico é resultado das novas determinações da expansão produtiva pós-década de 1980; determinações estas derivadas das políticas anteriores de ocupação estabelecidas pela ditadura militar e que foram praticadas desse momento em diante por conta das necessidades impostas pelas alterações na ordem econômica mundial a partir de 1970, em que a função básica exercida pela fronteira agromineral é tornar-se um espaço que recebe excedentes de força de trabalho e de capital. No entanto, cabe mencionar que, ao se estabelecerem novos condicionantes frente às alterações da ordem capitalista mundial, o Brasil, para superar os estrangulamentos permanentes derivados da crise da dívida, passa a promover um tipo de expansão capitalista no território e a priorizar, permanentemente, o curto prazo.

Essa perspectiva coaduna-se com o processo histórico no qual se estabeleceu, de um lado, que o imigrante nordestino é incentivado a deslocar-se para conquistar a terra que nunca teve em suas regiões de origem; por outro lado, os capitais da região Sudeste do Brasil e das empresas transnacionais foram incentivados a investirem no bioma, especificamente na Amazônia oriental através do Projeto Grande Carajás (PGC), por exemplo, para acessar riquezas não disponíveis na região de origem.

Para entender esse movimento é preciso voltar a Santos (2007). Este afirma que a noção de tempo é inseparável da ideia de sistema, de modo que a ação das variáveis depende das condições gerais do sistema em que se situam. Logo, o enfoque espaço-temporal demanda que o espaço seja definido pela combinação das variáveis e a sua elaboração ou reelaboração – formação e evolução – seja compreendida como um processo global (SANTOS, 2007, p. 254), em que cada elemento não existe fora das suas relações de totalização. Por isso, a significação específica de cada lugar não está relacionada apenas à sobreposição de elementos de diferentes origens no tempo, mas também de diferentes origens no espaço, configurando cada localização como o “teatro da ação de sistemas contemporâneos, mas atuando a escalas diferentes” (Ibid., p. 257).

Considerando cada lugar como unidade do contínuo e do descontínuo, das ações do passado e do presente, locais e extralocais, há uma complementaridade

entre assincronia e sincronia no contexto espaço-temporal, uma vez que as variáveis do espaço são geneticamente assíncronas, mas funcionam sincronicamente em cada lugar (Ibid., p. 258); daí por que Milton Santos nos fala em sistema espacial, pois, mesmo que cada variável conheça uma velocidade própria de mudança, a atuação nunca é isolada, ela decorre de uma recombinação sistêmica em direção à recriação de nova coerência interna.

Para Becker, entretanto:

O dado crucial da fronteira [é], pois, a virtualidade histórica que contém: dependendo da forma de apropriação do espaço, das relações sociais e dos tipos e interesses dos agentes sociais aí constituídos, ter-se-á a formação de projetos políticos distintos. Pode ela ser definida como espaço de manobra das forças sociais, e como o espaço de projeção para o futuro, potencialmente gerador de alternativas (BECKER, 2015b, p. 382, grifo da autora).

Outrossim, pode-se afirmar que o movimento de fronteira do capital não necessariamente leva à formação de uma região rigidamente delimitada, para além do próprio processo de acumulação definido pelo Estado e por agentes transnacionais. Importa saber se os processos socioespaciais efetivados em uma região nova permitem a construção de características simbólicas, culturais e institucionais próprias.

Sendo assim, esta região pode se tornar maior à medida que a expansão do capital agromineral “caminhe” rumo à incorporação mais intensa de espaços como os do bioma amazônico, mas não sem gerar contradições e antagonismos sociais. Dessa maneira, questiona-se: em que medida os processos que decorrem da expansão da fronteira do capital criam sujeitos antagônicos a seus interesses? E mais que isso: em que medida esses antagonismos se revelam espacialmente?

AJUSTES ESPAÇOTEMPORAIS, DES-RE-CONFIGURAÇÕES E TERRITORIALIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Monteiro e Silva (2021) realizam um esforço de interpretação dos processos históricos e geográficos que permitem delimitar a região de Carajás, no contexto mais geral da expansão capitalista, como parte de um ajuste espacial global.

Conforme vem sendo argumentado neste artigo, as transformações em um dado espaço impulsionadas pelo deslocamento do capital, apesar de seus efeitos locais específicos, são parte de uma totalidade de relações e práticas sociais com diferentes temporalidades e escalas. Além disso, constituem-se como parte de uma tensão permanente entre os esforços de fixação do

capital e de sua mobilidade, gerando uma instabilidade também permanente nas configurações regionais que se formam. Por fim, a criação de determinada configuração regional, com vistas a uma “coerência estruturada” (HARVEY, 2005) e aos interesses da acumulação decorrente do movimento da fronteira do capital, sempre é um processo carregado de conflitos, embates e lutas sociais. Estes últimos pontos serão evidenciados neste tópico do texto, tendo como referência a região Sudeste paraense.

A produção de uma configuração regional que normatiza as relações de produção dominantes é, ao mesmo tempo, uma des-re-configuração das temporalidades espacialmente preexistentes. Se a conformação da região do Sudeste paraense passa a ser, conforme Harvey (2005), produto de uma “coerência estruturada” pela ação do Estado e em prol do capital, como ela se manteria sem ser abalada por forças que são, por natureza, desestabilizadoras e instáveis?

Por mais que essa “coerência estruturada” defina certa configuração espacial, esta tende a ser solapada por forças de diferentes ordens que, como apontado por Monteiro e Silva (2021), suscitam que a incorporação espacial da fronteira amazônica ao espaço global ocorra de forma fragmentada. O processo que está por trás dessa questão não é apenas a consolidação de uma região coerentemente estruturada para a intervenção capitalista, mas a extensão e a dinâmica dos conflitos que implica. Institucionalizações de regiões não são processos neutros e estáveis. Desse modo, ainda segundo Monteiro e Silva (2021), a questão é saber a que dinâmicas de des-re-territorialização os processos espaciais de fronteira correspondem.

Nesse particular, é importante realçar aquilo que os autores supracitados chamam de “negação da diversidade biológica e social preexistente” por oposição ao “crescimento de uma economia mercantil de base primária, sustentada, sobretudo, pela mineração industrial e pela pecuária bovina” (MONTEIRO; SILVA, 2021). Na (da) região, a desconfiguração é ao mesmo tempo configuração ou des-re-configuração. O ajuste espacial (capital-expansivo) encontra na fronteira, pois, um objetivo: o rebaixamento do padrão social e ambiental (des-configuração). Nessa “configuração desfigurada”, os conflitos revelam as perdas e as sabotagens territoriais e identitárias da região amazônica. Daí a necessidade de, na periferia capitalista, a produção do espaço basear-se no fenômeno do avanço da fronteira, isto é, como “construção de vazios” territoriais (re-configuração).

Em muitas situações, o processo de mercantilização dos recursos naturais aparece, juntamente com o fenômeno da expansão da fronteira, como algo que

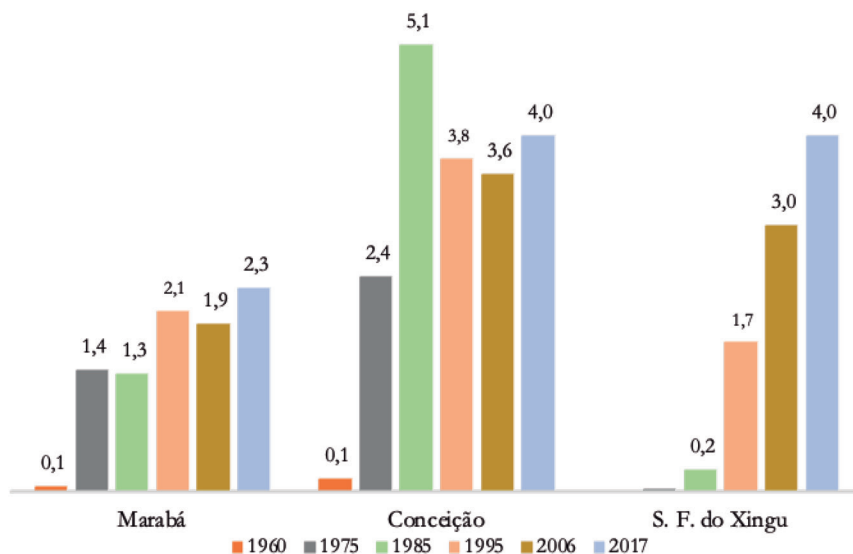
se re-produz naturalmente, quando, na verdade, trata-se de uma homogeneização impositiva do capital ao espaço. Nesse sentido, a configuração espacial (a aparência) impõe-se como desconfiguração por meio dos conflitos (a essência). Aparência e essência, forma e conteúdo parecem se combinar para (re)definir a região (coerência estruturada), merecendo uma melhor compreensão da relação dialética entre configuração e desconfiguração quando se analisa o processo histórico-espacial que deu azo à expansão da fronteira na Amazônia.

Desde essas perspectivas, um dos pilares para se compreender a expansão da fronteira impulsionada pela ditadura civil-militar foi a transformação da terra em mercadoria, base para a geração de renda fundiária. Esse processo foi parte de uma estratégia mais ampla de “forçar o capital a se tornar proprietário de terra, preservando e modernizando a propriedade, ao mesmo tempo, sem fazer reformas sociais” (MARTINS, 1989, p. 143), compensando-o por meio de diferentes incentivos e créditos pelos prejuízos e irracionalidades econômicas de sua imobilização produtiva na aquisição de terras. Em que pese essa característica não eliminar as contradições entre terra e capital, não impede que proprietários de terra e capitalistas possam surgir unificados em uma única figura, que permite que o próprio capital se aproprie da renda (MARTINS, 1981)³. Como a produção da terra-mercadoria nunca é um processo plenamente capitalista, baseado em capital e trabalho assalariado, tem-se a permanente articulação entre exploração, expropriação e violência, especialmente nos processos de expansão territorial do capital (MARTINS, 1982; 1994).

A Figura 1 é reveladora da dinâmica de apropriação privada da terra no território que correspondia aos antigos municípios de Marabá, Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu. A área total declarada como ocupada pelo conjunto dos estabelecimentos agropecuários recenseados correspondia, na Marabá de 1960, a 51,6 mil hectares, passando para 1,4 milhões de hectares em 1975 e chegando a 2,3 milhões de hectares em 2017. Na Conceição do Araguaia de 1960, a situação foi semelhante, passando de 137,0 mil hectares em 1960 para 2,4 milhões de hectares em 1975 e 4,0 milhões de hectares em 2017. Em ambos os casos, trata-se de apropriação pela agropecuária regional de grande quantidade de terras no auge da fase de expansão da fronteira, entre 1960 e 1975, mas persistindo até os dias atuais.

³ O capital – ou as frações produtivas do capital – pode se apropriar das rendas também no estilo de arrendamento. Pode se apropriar de parte ou da totalidade da renda, que não pode ser confundida como toda a renda paga aos proprietários de terras. Isto vai depender do poder de barganha dos arrendadores.

Figura 1 - Representação gráfica do total de terras declaradas pelos estabelecimentos agropecuários (em milhões de hectares) na área pertencente aos municípios de Marabá e Conceição do Araguaia (ref. ano de 1960) e São Félix do Xingu (ref. ano de 1975).



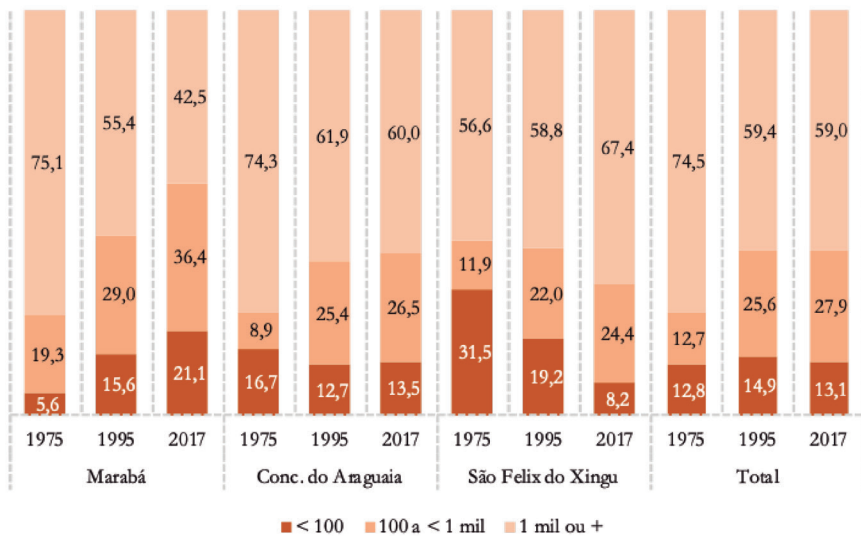
Nota: O antigo território de Marabá de 1960, após sucessivas divisões, atualmente corresponde aos seguintes municípios: Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia. No caso da Conceição do Araguaia de 1960, o antigo território corresponde aos atuais municípios de: Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Pau D'Arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia e Xinguara. Por fim, a área do município de S. F. do Xingu de 1975, corresponde, atualmente, a: Bannach, Cumarú do Norte, Ourilândia do Norte, S. F. do Xingu e Tucumã.

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – série histórica (IBGE, 2017).

No caso da área de São Félix do Xingu delimitada em 1975, o processo segue a mesma tendência, embora com uma defasagem temporal. A área total declarada pelos estabelecimentos agropecuários segue relativamente baixa até o ano de 1985, quando alcança 239,4 mil hectares. Desde então, passa a 1,7 milhões de hectares em 1995, 3,0 milhões de hectares em 2006 e 4,0 milhões de hectares em 2017. Assim, no período 1995 a 2017, enquanto as duas áreas anteriores aumentaram as terras totais declaradas em 262,7 mil hectares e 255,9 mil hectares, respectivamente, o antigo município de São Félix do Xingu aumentou 2,4 milhões de hectares, reforçando a tese da continuidade da expansão da fronteira do capital.

A Figura 2 reforça a tese do persistente avanço da fronteira do capital, associada à apropriação da terra e sua correspondente concentração. Nos casos dos antigos municípios de Marabá e Conceição do Araguaia, no ano de 1975, quando já havia se dado o primeiro movimento de expansão da fronteira agropecuária, os grandes estabelecimentos (maiores que 1 mil hectares) ocupavam, respectivamente, 75,1% e 74,3% das áreas totais. A partir de então, esses grandes estabelecimentos reduzem sua participação relativa, porém, a partir de trajetórias relativamente distintas.

Figura 2 - Representação gráfica da participação relativa de diferentes estratos de área na distribuição total de terras declaradas pelos estabelecimentos agropecuários (em %) na área pertencente aos municípios de Marabá e Conceição do Araguaia (ref. ano de 1960) e São Félix do Xingu (ref. ano de 1975).



Nota: idem nota da Figura 1.

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – série histórica (IBGE, 2017).

Na antiga área de Conceição do Araguaia, há uma redução relativamente menor (alcançando 60,0% da área total em 2017), perdendo, sobretudo, para os médios estabelecimentos (de 100 a menores que 1 mil hectares) que passam de 8,9% para 26,5% no período. Os pequenos estabelecimentos (menores que 100 hectares), por sua vez, veem sua participação reduzida, de 16,7% para 13,5%.

No caso da antiga área de Marabá, há uma redução relativamente maior da capacidade de apropriação dos grandes estabelecimentos (alcançando 42,5% da área total em 2017), perdendo tanto para os médios estabelecimentos (de 100

a menores que 1 mil hectares), que passam de 19,3% para 36,4% no período, quanto para os pequenos estabelecimentos (menores que 100 hectares), que veem sua participação reduzida aumentar de 5,6% para 21,1%.

Por fim, no caso do antigo município de São Félix do Xingu, onde o avanço da fronteira do capital se dá mais recentemente e começa a ser captado nos dados de 1995, percebe-se um processo de aumento da apropriação relativa das terras pelos grandes estabelecimentos, os quais ampliam sua participação de 56,6% em 1975 para 67,4% em 2017. Essa ampliação vem se dando em detrimento dos pequenos estabelecimentos (menores que 100 hectares) que estão tendo sua participação reduzida de 31,5% para 8,2% no período total.

Comparando-se a soma do total desses três casos, fica mais claro como o movimento de expansão da fronteira mais recente na antiga área de São Félix do Xingu tem atuado no sentido de garantir uma relativa estabilidade da concentração fundiária regional. Em que pese o movimento de redução da área dos grandes estabelecimentos no espaço do antigo município de Marabá, a melhora relativa desses grandes estabelecimentos em São Félix do Xingu tem garantido a sua posição geral em torno de 59,0%. Por outro lado, todo o esforço de luta pela terra e melhoria na condição de apropriação fundiária pelos pequenos estabelecimentos, no quadro geral, não tem permitido sair do mesmo patamar de 12,8%, em 1975, e 13,1%, em 2017.

Os dois conjuntos de dados apresentados, se tomados como complementares, indicam tanto um persistente processo de apropriação privada das terras – bens comuns de povos e comunidades tradicionais e posseiros, expresso no crescimento da área total agropecuária – como o processo de deslocamento da fronteira como um importante instrumento de contra-arrestar os processos de luta pela distribuição da terra. Tal recorrência histórica desses mecanismos de des-re-territorialização, no contexto mais recente, está diretamente relacionada ao aprofundamento do processo de dependência nas últimas décadas.

Confirma-se, assim, a previsão de Corrêa (2011, p. 209) de que esse avanço da fronteira do capital, com as características citadas anteriormente, ocorra “não apenas pela década de 1990, mas também pelo século XXI”. Nessas condições, o processo de des-re-configuração territorial responde a uma reestruturação econômico-espacial, ou, de acordo com Pereira (2006), “uma reestruturação urbana e regional”. São modificações nos espaços territoriais e nas situações de diversas comunidades rurais, as quais assumem características urbanas nos seus modos de vida, embora sem experimentarem uma transição plena. Os tipos de modificações obedecem à lógica do avanço de fronteira do capital.

O avanço da fronteira do capital, no entanto, não se dá apenas pela dinâmica expansiva do trinômio desmatamento-pastagem-pecuária, que caracteriza, por exemplo, as transformações na antiga área de São Félix do Xingu. Dá-se, também, pelas conexões que esse processo pecuário, agrícola e mineral desenvolve com as dinâmicas mais gerais de produção e exportação de commodities. Ao analisarem os impactos da implementação da Ferrogrão (ferrovia EF-170), Costa, Davis, Ribeiro e Soares (2020) especificam os tipos de mudança passíveis de ocorrer. Segundo os autores, “é possível compreender como a dinâmica de uso da terra e conservação ambiental nessas áreas pode ser impactada com a instalação da ferrovia” (COSTA; DAVIS; RIBEIRO; SOARES FILHO, 2020, p. 2), podendo ocasionar duas classes de impactos socioambientais de escala regional, quais sejam: “impactos indiretos causados pela indução a mudanças no uso da terra [...] e os impactos sinérgicos e cumulativos” (Ibid., p. 2)⁴.

Tais tensões tendem a ser enfrentadas por alianças políticas articuladas pelo Estado e frações hegemônicas regionais que visam defender e manter a “coerência estruturada” pelo capital. Como se viu, essa coerência inclui, segundo Harvey (2005), determinado padrão de luta de classes, como parte da criação de possibilidades de permanência e fixação da força de trabalho associada e subordinada às demandas do capital. Diante desses argumentos, indaga-se em que sentido a luta de classes, ou o conjunto das lutas sociais, de forma mais ampla, passa a se apresentar como embrião de uma configuração alternativa à fronteira do capital na região amazônica?

CONFLITOS SOCIAIS, DISPUTAS TERRITORIAIS E SOLAPAMENTO DA COERÊNCIA ESTRUTURADA PELO CAPITAL

Dialogando com a perspectiva de Milton Santos (2007), para quem os lugares são sempre um acúmulo desigual de tempos, portanto, plenos de diferentes temporalidades e territorialidades, Porto-Gonçalves (2008) vê a singularidade do espaço amazônico atual como a resultante da combinação de seus tempos geológicos, geomorfológicos, arqueológicos, antropológicos e históricos. Uma combinação que carrega a temporalidade de uma ocupação humana da região entre 20 mil e 13 mil anos que, especialmente há cerca de 5 mil anos, foi se ampliando demograficamente e levando à intensificação de processos de domesticação da floresta com a produção de paisagens agroflorestais com

⁴ Estes impactos já são sentidos por conta da expansão da produção de soja no platô da região do Tapajós. Macedo e Gomes Junior (2019) dão destaque às condições atuais de integração derivadas da estruturação de rota rodofluvial para esta *commodity*.

elevada biodiversidade, como atestam hoje as coexistências espaciais de sítios arqueológicos, solos antrópicos – as chamadas terras pretas – e a concentração de espécies alimentares em diferentes graus de domesticação individual (CLEMENT, 2019). Considerando que essa coevolução entre sociedades humanas e natureza ocorre mediada por seus sistemas culturais, conforma-se uma temporalidade antropológica que se atualiza pela presença dos povos indígenas e diferentes frações do campesinato, seus conhecimentos, tecnologias e formas de coexistência, enfim, a sociobiodiversidade amazônica.

No caso da atual região Sudeste paraense, pode-se refletir sobre esses processos a partir do domínio dos castanhais pelas frentes de expansão do final do século XIX até meados do século XX. Ainda que essas frentes tivessem origem na interiorização da pecuária nordestina (FURTADO, 2007; VELHO, 2009), elas se depararam com uma situação espacial-temporal nas margens do Tocantins que impulsionou sua transformação em uma frente extrativista. Ao contrário de campos naturais favoráveis à pecuária, as frentes migratórias encontraram uma floresta densa e abundante em castanheiras, possivelmente como marcas grafadas a partir de intervenções humanas ancestrais⁵. A organização do sistema de exploração desses castanhais reflete um contexto de crise da economia da borracha na Amazônia, no início do século XX, e o deslocamento dos capitais extrativistas, bem como sua forma de organização, em busca de produtos substitutos. Configurou-se, assim, no médio Tocantins, um sistema espacial extrativista, baseado no domínio dos castanhais e no comércio do seu principal produto, a castanha (EMMI, 1988; VELHO, 2009), que imprimiu novos significados à floresta preexistente.

Novas transformações significativas se deram a partir de meados do século XX, com a chamada política de integração da Amazônia que deslocou o papel da floresta e seus produtos na economia regional para a condição de obstáculo ao desenvolvimento. Paradoxalmente, é a persistência desses objetos de idade pretérita que tem imprimido novo significado à Amazônia no sistema-mundo, não apenas como fornecedora de novas matérias-primas biotecnológicas, mas também como reguladora das condições climáticas mundiais.

Inclusive, essa nova valorização ambiental do espaço amazônico cria tensões entre distintas frações regionais, nacionais e transnacionais do capital com

⁵ Diferentes autores sugerem que a ampla presença da castanheira em toda a Amazônia teria uma origem antropogênica, tanto considerando as dificuldades de dispersão natural da espécie (frutos que não abrem sozinhos e que dependem de roedores que são, ao mesmo tempo, predadores e dispersores de curta distância) (SCOLES, 2016) como reconhecendo a sua maior possibilidade de crescimento em áreas abertas, possivelmente associada a roças de mandioca e redes de contato interétnico (SHEPARD JUNIOR; RAMIREZ, 2011).

os sentidos do sistema espacial construído ao longo do processo de integração da região aos circuitos de acumulação de capital; circuitos estes baseados na exploração dos produtos florestais, minérios e commodities agropecuárias, dado seu impulso homogeneizador da paisagem e destrutivo da natureza anteriormente existente.

As diferentes vertentes da luta pela terra no Sudeste paraense que, após as possibilidades abertas com a Constituição de 1988, levaram ao reconhecimento ou criação de terras indígenas, quilombolas e distintas modalidades de assentamentos de reforma agrária, trazem as marcas espaciais não de uma reforma agrária planejada e inserida na produção capitalista do espaço, mas de uma imprevista resultante do conflito social. Por fundamento, todas essas áreas conquistadas, bastante significativas no contexto regional, têm em comum o fato de não se constituírem plenamente como terra-mercadoria, encontrando limitações legais para sua livre negociação. Esse não é um ponto trivial, pois, como afirma Polanyi (2000), a consideração da terra e do trabalho como mercadorias fictícias só pode se estabelecer pela separação artificial entre o trabalho e a vida humana e entre a terra e o conjunto da natureza, carregando contradições deletérias de que seus elementos vitais – vida humana e natureza – sejam totalmente regulados pelo mercado. Tanto que a procura por “terras libertas”, ou seja, aquelas que não tinham sido convertidas em mercadoria, foi um grande atrator de famílias camponesas para a Amazônia, sobretudo, a partir dos anos 1970 (Figura 3).

Figura 3 - Imagem de famílias camponesas sendo transportadas de Redenção, Pará, na direção de suas terras, 1980.



Foto: Juca Martins (OlharImagem).

Da luta pela terra e seus desdobramentos territoriais, que tem como eixo as tensões pela afirmação de seu caráter não mercantil ou sua subordinação, por outras vias, ao mercado de terras, o Sudeste paraense é caso significativo do que Delgado (2017) vai apontar como a questão agrária da atualidade. Para o autor, a tensão entre o reconhecimento da função social da propriedade pela CF 1988 e a pressão pelo tratamento da terra como “uma mercadoria como outra qualquer” pelo pacto de poder em torno da economia do agronegócio é o cerne dessa questão. Incorporando a dimensão espacial a essa perspectiva da economia política, têm-se as lutas pelas conquistas territoriais e a reafirmação de territorialidades próprias desde os assentamentos e terras de povos e comunidades indígenas e tradicionais como possibilidade de se ir além da política redistributiva, apontando para uma direção de produção do que Moreira (2007) define como um “contraespaço” que atua como força de solapamento da coerência regionalmente estruturada pelos interesses do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A determinação de ajustes temporais e espaciais é elemento contínuo na produção capitalista do espaço. Estes processos atingem diretamente regiões que necessitam exportar novos investimentos ou regiões que os recebem, integrando processos de acumulação inter-regionais e transnacionais. Enquanto definidora de espaços regionais, a assim chamada “coerência estruturada” permanece, desta forma, entre a produção capitalista de espaços diferenciados de acumulação e a necessidade de superação de determinados atributos específicos destes espaços. Ainda, o Estado nacional também é definidor, em termos de planejamento, ordenamento e regulação destes ajustes.

Nas regiões periféricas, os desajustes provocados em termos de rebaixamento do padrão social e ambiental (des-configuração) é o pressuposto para a ação simultânea de se considerar que, no avanço da fronteira, há construção de vazios territoriais (re-configuração). Aqui se percebe que, na Amazônia, e especialmente ao longo das regiões de expansão produtiva capitalista sobre o território, os conflitos revelam as perdas e as sabotagens territoriais e identitárias. As formas e tipos de ocupação territorial recentes caracterizam novas estruturas de dominação de sujeitos hegemônicos que solapam os espaços de reprodução da vida cotidiana de diversos sujeitos não hegemônicos.

Em uma região marcada tão expressivamente pela territorialização da luta social, como a Amazônia, em geral, e o Sudeste do Pará, em especial, as novas estruturas de dominação e seus processos de solapamento dos espaços de reprodução da vida cotidiana dos sujeitos não hegemônicos exigem um esforço

de pesquisa que permita a compreensão de suas características, efeitos imediatos e possibilidades alternativas. A partir das reflexões apresentadas neste artigo, indicam-se alguns pontos centrais para essa agenda.

Em primeiro lugar, destaca-se o processo continuado de reafirmação da região como uma fronteira do capital, mundial e/ou nacional, sujeitando-a a uma tensão entre processos de criação de coerência estruturada e de solapamento. Como desdobramento, uma agenda de pesquisa deve buscar a compreensão de quais são as forças sociais que atuam nessa direção, bem como os processos de resistência e lutas sociais-territoriais que elas geram. Para além desses processos, faz-se necessário identificar os agentes sociais e classes/frações de classe envolvidos nessas lutas, seus interesses imediatos e mediatos, suas estratégias, alianças e blocos políticos, estruturados em diferentes escalas, de forma a revelar os blocos de poder que se articulam.

Em segundo, destaca-se que os processos políticos e econômicos que viabilizam os usos do território pelos diferentes agentes, classes, frações e materializam sua reprodução social também demarcam diferenças nas formas de relações sociais, relações com a natureza e, fundamentalmente, nos sentidos das relações com o território. Por isso, uma agenda de pesquisa deve reconhecer a importância dos territórios conquistados pela luta social como espaços onde se constroem não apenas os processos de resistência, mas também as experiências de reprodução da vida – nas dimensões produtivas, socioculturais, políticas e organizativas – que atuam como embriões de possibilidades e sentidos territoriais alternativos à territorialização do capital.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. Fronteira e urbanização repensadas. *In*: VIEIRA, I. C. G. (Ed.). **As amazônias de Bertha Becker: Ensaio sobre geografia e sociedade na região amazônica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015a. v. 3.
- BECKER, B. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. *In*: VIEIRA, I. C. G. (Ed.). **As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015b. v. 3, p. 373-410.
- BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. *In*: ALMEIDA, A. W. B. D. (Ed.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 39-69.

BREDA, D. M. **A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo: o caso do Brasil entre 2000 e 2015**. 2020. (Tese de Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v.13, n. 2, p. 27-53, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p27>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CLEMENT, C. R. Domesticação da floresta & subdesenvolvimento da Amaônia. *In*: SANTOS, G. M. (Ed.). **GEEA: Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos**. Manaus: Caderno de Debates, 20 jun. 2022 2019. v. 14, p. 11-52. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/33991>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CORREA, R. L. A organização regional do espaço brasileiro. *In*: CORREA, R. L. (Ed.). **Trajетórias geográficas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 197-210.

COSTA, W.; DAVIS, J.; RIBEIRO, A.; SOARES FILHO, B. S. Amazônia do futuro: o que esperar dos impactos socioambientais da Ferrogrão? **Policy Brief**, p. 1-9, 2020. Disponível em: https://csr.ufmg.br/csr/wp-content/uploads/2020/11/Ferrograo_policy-brief_.pdf. Acesso em: 21 nov. 2020.

DELGADO, G. C. Questão agrária hoje. *In*: DELGADO, G. C. (Ed.). **Agricultura familiar brasileira**. desafios e perspectivas de futuro ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 12-23.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1988.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARVEY, D. **Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **Censo agropecuário: séries históricas**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MACEDO, F. C. D.; GOMES JÚNIOR, E. Padrão de reprodução do capital, território e infraestrutura de transportes: Os casos de Santarém (PA) e Itaituba (PA). **Boletim Goiano de Geografia**, v.39, p. 1-18, DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v39i0.55542>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MARTINS, J. D. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. D. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, J. D. S. Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. **Tempo social**, v.1, n. 1, p. 131-148, Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83341/86371>. Acesso em: 30 out. 2018.

MARTINS, J. D. S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo social**, v.6, n. 1-2, p. 1-25, DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v6i1/2.84955>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MONTEIRO, M. A.; SILVA, R. P. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 49, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.35296>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R. O. **Desconcentração territorial e reestruturação regressiva da indústria no Brasil: Padrões e ritmos**. (Texto para Discussão, n. 2402), Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/211353>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. *In*: SANTOS, M. e BECKER, B. (Ed.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 72-108.

PEREIRA, J. C. M. A urbanização da Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional. *In*: CARDOSO, A. C. D. (Ed.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006. p. 23-54.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Temporalidades amazônicas: uma contribuição à Ecologia Política. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 17, p. 21-31, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13410/9036>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SCOLES, R. Do Rio Madeira ao Rio Trombetas, novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos. **Novos cadernos NAEA**, v.14, n. 2, p. 265-282, dez. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v14i2.549>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SHEPARD JUNIOR, G. H.; RAMIREZ, H. “Made in Brazil”: Human Dispersal of the Brazil Nut (*Bertholletia excelsa*, Lecythidaceae) in Ancient Amazonia. **Economic Botany**, v.65, n. 1, p. 44-65, 2011. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12231-011-9151-6>. Acesso em: 20 jul. 2022.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009. DOI <https://doi.org/10.7476/9788599662915>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Texto submetido à Revista em 22.08.2022.

Aceito para publicação em 27.10.2022.